

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I**

**2009-2010**

**Turma da Noite**

**Prova escrita de frequência**

**4 de Janeiro de 2010**

**I**

António, comerciante de arte, adquire em Outubro de 2009 a Bento, professor de química aposentado, por 1.000 Euros, um quadro de José Malhoa, que Bento tinha há muitos anos no sótão de sua casa e cuja autoria e valor ignorava.

António, que sabia perfeitamente quem era o autor do quadro e qual o seu verdadeiro valor, mas que nada disse a Bento a este respeito, revendeu-o a Carlos, num leilão realizado em Novembro de 2009, por 100.000 Euros.

Bento, que tomou entretanto conhecimento da transacção celebrada entre António e Carlos, demanda o primeiro, em Janeiro de 2010, exigindo a anulação da venda do quadro ou, em alternativa, o pagamento pelo réu de uma indemnização no valor de 99.000 Euros, correspondente à diferença entre o montante que recebeu dele e o valor de mercado do quadro.

António contrapõe que o contrato não é anulável nem deve qualquer indemnização a Bento, pois não tem culpa de que este seja incauto.

Diga, fundamentando a resposta, se deve ser julgada procedente a pretensão de Bento.

**II**

Entretanto, Carlos propõe a venda do referido quadro a Dionísio, proprietário de uma galeria de arte, por 110.000 Euros, pagáveis em duas prestações de idêntico valor, que se venceriam, respectivamente, 3 e 6 meses após a conclusão do negócio. Para tanto, envia-lhe, no dia 1 de Dezembro de

2009, uma carta registada, especificando o autor do quadro e as demais características deste, a qual coloca no marco de correio mais próximo de sua casa. Devido a uma greve dos funcionários dos correios, a carta só chega, porém, a Dionísio no dia 7 de Dezembro. Dionísio responde a Carlos no mesmo dia, por telegrama, em que aceita a proposta sem quaisquer reservas. O telegrama é entregue no domicílio de Carlos ainda no dia 7. Carlos, todavia, não se encontrava em casa nessa altura e só o leu uns dias mais tarde. No dia 8, Eduardo, que encontrara Carlos numa exposição, faz-lhe uma oferta de compra do quadro por 120.000 Euros, que o segundo aceita imediatamente.

Dionísio reclama agora a entrega do quadro, o que Carlos recusa, alegando que não o vendeu a ele, mas sim a Eduardo. Quem tem razão?

### III

Dionísio resolve, em 1 de Janeiro de 2010, colocar o quadro de Malhoa à venda no sítio Internet da sua galeria de arte, por 130.000 Euros. A página desse sítio dedicada ao quadro contém uma reprodução fotográfica do mesmo e a indicação de que o preço deverá ser pago a pronto, contra a entrega do quadro.

Fernando, coleccionador de Malhoa, envia no mesmo dia um e-mail à galeria, encomendando o quadro e indicando o local onde o mesmo poderá ser entregue. Passados uns dias, estranhando a ausência de resposta, telefona a Dionísio, exigindo a entrega do quadro. Dionísio declina fazê-lo, alegando que ainda não o recebeu de Carlos e que, de todo o modo, não se vinculara perante Fernando, pois não lhe enviara qualquer aviso de recepção da sua encomenda, nem Fernando confirmara esta última por e-mail, como lhe competia fazer.

Inconformado, Fernando intenta uma acção judicial contra Dionísio em que reclama a entrega do quadro. Deverá esta pretensão ser julgada procedente?

#### COTAÇÕES:

- Questões I a III: 6 valores cada.
- Domínio da língua portuguesa e organização das respostas: 2 valores.

#### DURAÇÃO:

- Período regulamentar: 90 minutos
- Tolerância: 30 minutos